

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.989 - PR (2016/0325816-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRENTE : MARIA SELIANE FERREIRA DE SOUSA RODRIGUES**  
**ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE DE SOUSA RODRIGUES - PR029409**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado por **Maria Seliane Ferreira de Sousa Rodrigues**, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 238):

*TRIBUTÁRIO. ANULATÓRIA. IMPOSTO DE RENDA. SERVIDOR ESTADUAL. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. DISCUSSÃO QUANTO NULIDADE DE LANÇAMENTO FISCAL. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPETÊNCIA FEDERAL. COMPROVAÇÃO DO ACOMETIMENTO DE DOENÇA ISENTIVA. NEFROPATIA GRAVE. NULIDADE DO DÉBITO. CABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.*

*1. No caso dos autos, muito embora os débitos sejam decorrentes da existência de lançamento suplementar, os valores discutidos são decorrentes da incidência do imposto de renda sobre os proventos percebidos pela autora, pensionista do Ministério da Fazenda do Distrito Federal.*

*2. Em relação ao pedido de repetição do indébito tributário, a legitimidade passiva é do Distrito Federal, ente federativo destinatário do imposto de renda retido na fonte no caso em comento, posto que a autora é pensionista do Distrito Federal.*

*3. Em relação ao pedido de anulação da cobrança expedida pelo Ministério da Fazenda, bem como do pleito de que a requerida se abstenha de reter, glosar e/ou compensar o débito, somente a Justiça Federal de Curitiba, relativamente a lançamento fiscal emanado da Receita Federal de Curitiba tem legitimidade e competência para desfazer ou anular o ato considerado indevido ou viciado.*

*4. Incabível a extinção do feito, posto que a legitimidade é da Justiça Federal de Curitiba, e, em segunda instância deste Tribunal, para analisar a questão da anulação do lançamento fiscal, bem como presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.*

*5. Considerando que não paira mais controvérsia quanto ao fato da autora ser portadora de moléstia isentiva (Nefropatia Grave)*

*desde 1º de janeiro de 2008, não há legitimidade para que seja cobrado os débitos referentes ao IRPF, exercício 2012.*

*6. Assim, se a autora é isenta de imposto de renda desde 2008, por nefropatia grave, não pode ser cobrado débito do mesmo tributo, do exercício de 2012. Portanto, é cabível a anulação do lançamento tributário formalizado através NFLD nº 2010/826899130467295.*

*7. Em face da modificação da decisão e da sucumbência majoritária da União, condena-se a União no reembolso das custas processuais e no pagamento dos honorários advocatícios, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC.*

Opostos embargos declaratórios pelo ente federal, foram rejeitados (fls. 263/268).

A parte recorrente aponta violação ao art. 5º do Decreto-lei 1.198/71; bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta, em resumo, que, "*No que tange à repetição do indébito, o Decreto-lei 1198/71 taxativamente impõe à União o dever de efetuar o pagamento da restituição do imposto de renda descontado dos servidores dos Estados, Distrito Federal e Municípios*" (fl. 293).

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A matéria pertinente ao art. 5º do Decreto-lei 1.198/71 não foi apreciada pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Registre-se, por fim, que o não-conhecimento do apelo raro pelo conduto da alínea *a* do permissivo constitucional inviabiliza, por conseguinte, a análise do alegado dissídio pretoriano. A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 5º, DA LEI 9.717/98. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO EM LEGISLAÇÃO ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO.*

*[...]*

*3. Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.*

*4. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 344.860/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/9/2013, DJe 27/9/2013)

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL INATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. LEI LOCAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

[...]

3. "O não-conhecimento do recurso especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional, em razão do óbice das Súmulas 7/STJ e 280/STF, inviabiliza também o exame do dissídio jurisprudencial quando fundado na mesma tese" (REsp 755.815/RO, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, Quinta Turma, DJ 6/8/07).

[...]

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1224648/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/3/2011, DJe 7/4/2011)

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial de **Maria Seliane Ferreira de Sousa Rodrigues**.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator